

Sexta-Feira, 24 de Julho de 2026

O Tabuleiro Político de Mato Grosso: Incertezas e Cálculos Reservados

A política no Estado de Mato Grosso vive um momento de indefinição estratégica. Enquanto a campanha eleitoral avança, os principais atores do cenário estadual jogam uma partida de xadrez onde os movimentos públicos raramente correspondem aos acertos nos bastidores.

O desgaste de Flávio Bolsonaro (PL), as articulações discretas de Lula (PT) e o uso da máquina pública como moeda de troca desenham um panorama onde poucos ousam mostrar suas verdadeiras intenções.

Flávio Bolsonaro (PL) chega a este ciclo eleitoral com capital político, porém, com indícios de redução. Seus movimentos no Senado não geraram a reverberação esperada junto ao eleitorado estadual, e sua influência sobre as bases bolsonaristas fragmentou-se.

Enquanto isso, Lula (PT) articula discretamente com lideranças locais, oferecendo investimentos federais e promessas de recursos como contrapartida por apoios que não são declarados publicamente. As conversas acontecem em salas fechadas; os acenos públicos, quando ocorrem, são cuidadosamente calibrados para não alienar eleitores de outras matizes ideológicas.

O uso da máquina pública tornou-se ferramenta central nessas negociações. Prefeitos e deputados estaduais sabem que apoiar ou rejeitar determinados candidatos pode resultar em cortes ou ampliação de investimentos federais e estaduais. Esse jogo de incentivos e punições silenciosas estrutura boa parte das alianças que se formam nos bastidores.

O governador Mauro Mendes (União Brasil) deixou um desenho político claro para seu sucessor Pivetta (Republicanos). Porém, as decisões recentes do novo governador parecem conflitar com esse roteiro pré-estabelecido.

Enquanto Mendes construiu uma máquina de poder baseada em alianças amplas e distribuição generosa de recursos via emendas parlamentares, Pivetta ensaia movimentos que sugerem maior autonomia — ou, alternativamente, responde a pressões que não eram visíveis no governo anterior.

Essa tensão entre o legado deixado e as escolhas do presente cria incerteza entre os aliados tradicionais. Não está claro se Pivetta seguirá o script ou se reescreverá as regras do jogo político estadual.

A convenção do União Brasil é o epicentro das indefinições. A disputa entre Jayme Campos (União Brasil) e Mauro Mendes (União Brasil) pela hegemonia da legenda não é apenas sobre nomes ou egos — é sobre quem controlará a máquina estatal e seus recursos nos próximos anos.

Wellington Fagundes (PL) corre por fora, fazendo acordos pontuais e tentando se posicionar como alternativa. Seus movimentos são mais ágeis, menos amarrados às estruturas tradicionais. Porém, mesmo Wellington não consegue escapar da lógica que domina o cenário: os apoios são dados com receio.

Prefeitos, deputados e lideranças locais temem perder investimentos estaduais ou sofrer retaliação do governo. Por isso, mantêm suas escolhas reservadas, aguardando sinais mais claros de quem sairá mais forte, quando for dada a largada no processo eleitoral.

O cenário das candidaturas a deputado federal virou um verdadeiro "balaio de gatos". Poucos nomes com experiência comprovada nas urnas estão se consolidando como grandes esperanças de voto. A maioria dos candidatos que emergem como nomes novos, muitas vezes indicados por máquinas locais ou por cálculos de última hora.

Isso ocorre porque os deputados federais com mandato em exercício têm interesse claro em permanecer onde estão. Eles controlam recursos de emendas parlamentares, têm visibilidade e influência. Novos candidatos, portanto, enfrentam uma barreira invisível: a resistência silenciosa dos incumbentes, que não precisam fazer campanha agressiva — apenas manter suas bases ativas e seus recursos fluindo.

O resultado é um campo fragmentado, onde a experiência eleitoral não é garantia de sucesso, e onde muitos candidatos competem por fatias pequenas de um eleitorado disperso.

A Assembleia Legislativa Estadual por sua vez, não deve sofrer alteração maior que 20% em sua composição. Isso não é coincidência. Deputados Estaduais têm acesso direto a recursos via emendas parlamentares — ferramenta poderosa para manter bases eleitorais ativas e satisfeitas.

A aprovação popular desses legisladores, ainda que por vezes modesta, é suficiente para garantir reeleição. E enquanto a máquina estatal continuar distribuindo recursos através desses canais, há pouco incentivo para mudanças radicais na composição da Casa. O sistema se perpetua.

O cenário do Senado é talvez o mais nebuloso. Mauro Mendes (União Brasil), Janaina Riva (MDB), Carlos Fávaro (PSD) e Medeiros (PL) — todos com potencial para disputar — movem-se com cautela extrema.

Cada um deles sabe que uma campanha agressiva pode gerar desgastes duradouros. O Senado é uma posição de poder, mas conquistá-la pode custar alianças valiosas e criar inimigos poderosos. Por isso, os movimentos são lentos, as conversas acontecem em espaços privados, e os compromissos públicos são mínimos.

Todos têm receio. Receio de perder apoios, de sofrer retaliação, de se desgastar em um processo eleitoral que pode não resultar em vitória. Essa paralisia estratégica mantém o cenário aberto — e indefinido.

A política mato-grossense em 2026 é um retrato de um sistema onde as regras são conhecidas, mas os movimentos permanecem ocultos. A máquina pública é moeda de troca. Os investimentos federais e estaduais são instrumentos de negociação. Os apoios são dados com ressalvas. E os nomes mais poderosos do estado jogam uma partida onde revelar as cartas pode significar derrota.

Enquanto isso, o eleitor observa de fora — vendo candidatos, promessas e alianças que mudam conforme o vento político sopra. O tabuleiro está montado. Os peões estão em movimento. Mas o resultado permanece em aberto, refém das conversas que ninguém ouve e dos acordos que ninguém vê.

José Rodrigues Rocha Junior, Advogado, pós-graduado em direito constitucional, Jornalista, Empresário, Escritor, Palestrante, Consultor e Conferencista